

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



Banco Alimentar
contra a fome
SETÚBAL

Relatório de Atividades e Contas

2020



Urbanização Vila Amélia, Lote 1001 - Frações A a C
Cabanas, 2950-805 Palmela
Telf.: 212 339 540 / 919 003 959
ba.setubal@bancoalimentar.pt
NIF N° 504 920 502



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	3
AGRADECIMENTO	4
EM POUCAS PALAVRAS	4
ANÁLISE DE ORGANIZAÇÃO	5
PRINCIPAIS ACTIVIDADES	5
Abastecimento	5
Projeto "Horta Solidária"	7
Campanhas Anuais de Recolha de Alimentos não Perecíveis: Saco, "Ajuda Vale" e "Alimente esta ideia"	7
Campanha "Papel por Alimentos"	8
Rede de Emergência Alimentar	8
INSTITUIÇÕES E DISTRIBUIÇÃO	8
POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS	10
VOLUNTÁRIOS	11
RECURSOS	11
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	11
ASPECTOS RELEVANTES	12
ANEXOS	14
Doadores	14
INSTITUIÇÕES	15
ANÁLISE FINANCEIRA	19
ANÁLISE DOS RENDIMENTOS E GASTOS – ORÇAMENTO VERSUS REALIZADO	20
RENDIMENTOS E RÉDITOS	20
GASTOS E PERDAS	21
ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO	23
EXPECTATIVAS FUTURAS	25
FACTOS SUBSEQUENTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	26
SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL	26
SITUAÇÃO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA	26
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	28
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	29
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	30
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020	31
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	32
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	33



Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'BA' and other illegible marks.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



Handwritten signatures and initials in blue ink.

AGRADECIMENTO

A Direção do Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal, apresenta de forma sistematizada a atividade desenvolvida durante o ano de 2020, aproveitando para saudar e agradecer a todos os que contribuíram para concretizar os objetivos propostos por e para este Banco Alimentar.
















Este reconhecimento destina-se:

Às empresas, entidades e particulares que generosamente contribuem com bens alimentares, serviços e outros, para o bom funcionamento desta instituição, permitindo que continue a levar a cabo a sua missão.

Às instituições, nossas parceiras, que estão na linha da frente na luta contra a pobreza e exclusão social, às quais doamos os produtos alimentares que angariamos para, numa lógica de proximidade, os distribuírem de forma solidária e dedicada, às pessoas mais carenciadas da sua área de intervenção.

Aos voluntários que oferecem o seu tempo, trabalho, competência e experiência, que em conjunto com os funcionários desenvolvem atividades diárias em prol de uma resposta efetiva à comunidade.

EM POUCAS PALAVRAS

	4 841	Toneladas de produtos recolhidos (equivalente a um valor de 6 393 869,85 €)
	35 786	Pessoas apoiadas
	163	Instituições de Solidariedade Social com apoio regular
	68	Instituições de Solidariedade Social com apoio pontual
	109	Doadores de alimentos
	237	Doadores de bens, serviços e outros produtos
	16	Colaboradores permanentes
	49	Voluntários efetivos
	2	Armazéns em Palmela e Vila Nova de Santo André
	2.300	m² de Espaço de armazenamento
	404	m³ Câmaras frigoríficas
	409	m³ Câmaras congelação
	3	Viatura pesadas
	2	Viaturas ligeiras de mercadorias
	5	Empilhadores



ANÁLISE DE ORGANIZAÇÃO

Missão - Lutar contra o desperdício, recuperando produtos e entregando-os a quem se encontra em situação de carência alimentar, mobilizando pessoas e empresas, que a título voluntário se associam a esta causa no distrito de Setúbal e no concelho de Odemira.

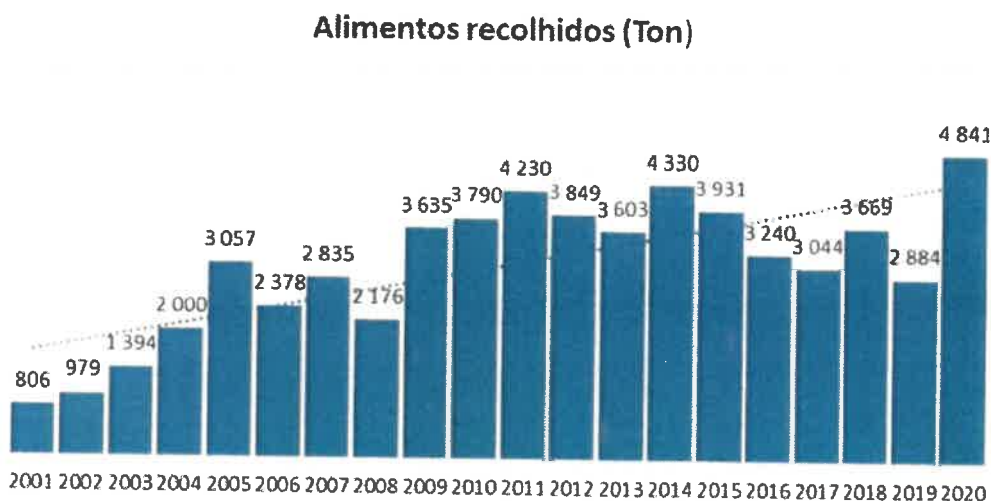
Valores - Dádiva, Partilha e Gratuitidade, são estes os princípios que conduzem todo o nosso trabalho.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Abastecimento

Durante o ano 2020, o Banco Alimentar de Setúbal mobilizou 4 841 toneladas de alimentos, tendo-se verificado um crescimento de 67,85% face ao ano anterior, sendo este, reflexo da aposta de uma nova dinâmica junto do sector agroalimentar.

Gráfico 1 - Evolução de produtos recolhidos 2001 a 2020



Durante o período em análise, houve uma diversificação das fontes de abastecimento. O Banco Alimentar de Setúbal passou a contar com 109 doadores, que de uma forma estruturada apoiaram, com os mais variados tipos de alimentos. Destacam-se a indústria agroalimentar e as cadeias de distribuição, que apresentam um nível de crescimento de 557 toneladas e de 338 toneladas, respetivamente. O POAPMC continua a ter uma



Handwritten signatures and initials in blue ink.

posição preponderante, representando 36,9% da totalidade das fontes de de abastecimento, como se pode constatar no quadro 1.

Quadro 1 - Angariação por Fontes de Abastecimento

Fontes de Abastecimento	2019			2020			Desvio
	Kg	%	Euros	Kg	%	Euros	
Indústria Agro-alimentar	348 541,48	12,1%	280 938,86 €	906 391,34	18,7%	902 774,51 €	557 849,86
Campanha Recolha - Supermercados	564 231,95	12,6%	389 391,85 €	16 475,42	0,3%	15 701,89 €	-347 756,53
Outros	15 397,30	0,5%	16 964,37 €	1 808,02	0,0%	2 303,66 €	-13 594,28
Mortas Solidárias	14 742,09	0,5%	12 419,96 €	1 808,11	0,0%	1 561,97 €	-13 133,98
Distribuição	145 509,53	5,0%	351 664,10 €	483 878,24	10,0%	1 132 282,23 €	338 368,71
Retiradas de Fruta e Hortícolas - IFAP	629 593,39	21,8%	472 173,55 €	639 928,70	13,6%	455 284,70 €	30 335,31
Escolas	0,00	0,0%	0,00 €	0,00	0,0%	0,00 €	0,00
POAPMC	586 373,03	20,3%	530 610,34 €	1 786 913,72	36,9%	2 163 406,38 €	1 200 540,69
Federação Portuguesa de Bancos Alimentares	57 620,68	2,0%	58 803,49 €	81 570,17	1,7%	91 449,68 €	23 749,49
Banco Alimentar de Lisboa	466 269,58	16,2%	790 807,11 €	610 398,74	12,8%	1 341 085,01 €	344 129,16
Outros Bancos Alimentares	255 636,61	8,9%	235 396,39 €	7 880,00	0,2%	5 910,00 €	-247 756,61
Donativos Convertidos em Produtos	0,00	0,0%	0,00 €	284 795,00	5,9%	282 109,62 €	284 795,00
Total	2 884 115,64	100,0%	3 159 170,02 €	4 841 642,46	100,0%	6 393 880,85 €	1 957 576,82

Consequência direta do aumento das fontes de abastecimento, foi o aumento de 1.957 toneladas de alimentos e a diversificação da sua tipologia. Assim, a capacidade de resposta do Banco Alimentar de Setúbal às instituições parceiras ganhou um novo ímpeto, proporcionando a atribuição de uma maior quantidade de alimentos não perecíveis, nomeadamente o leite, a massa e arroz, bem como o azeite. Ainda assim, os alimentos perecíveis continuam a ser essenciais na distribuição às instituições, sendo o garante de uma alimentação mais equilibrada e saudável.

Quadro 2 - Angariação por Tipologia de Géneros Alimentares

Tipologia de Géneros Alimentares	2019		2020		Variação 2019 / 2020	
	kg	%	Kg	%	%	Kg
Pão, Bolachas, Tostas e Aperitivos	59 862,86	2,1%	92 580,42	1,9%	54,7%	32 717,56
Cereais, Chocolate, Sobremesas	66 132,93	2,3%	90 012,25	1,9%	36,1%	23 879,32
Leite	303 487,81	10,5%	713 551,87	14,7%	135,1%	410 064,06
Farinhas e Puré	26 397,60	0,9%	7 757,31	0,2%	-70,6%	-18 640,29
Massa e Arroz	243 557,84	8,4%	376 906,15	7,8%	54,8%	133 348,31
Leguminosas	140 720,48	4,9%	203 240,11	4,2%	44,4%	62 519,63
Sopas, Molhos, Especiarias e Conservas	23 731,53	0,8%	117 166,18	2,4%	393,7%	93 434,65
Margarina, Manteiga, Óleo e Azeite	45 784,86	1,6%	231 156,80	4,8%	404,9%	185 371,94
Açúcares	21 525,93	0,7%	28 269,95	0,6%	31,3%	6 744,02
Conservas Peixe	64 838,06	2,2%	88 252,11	1,8%	36,1%	23 414,05
Charcutaria Enlatada	19 785,53	0,7%	30 091,80	0,6%	52,1%	10 306,27
Produtos Bébé	457,83	0,0%	3 814,61	0,1%	733,2%	3 356,78
Refrigerantes e Águas	74 179,16	2,6%	98 889,57	2,0%	33,3%	24 710,41
Iogurtes, Queijos e Ovos	68 030,30	2,4%	92 247,98	1,9%	35,6%	24 217,68
Fruta Fresca	1 078 598,03	37,4%	1 229 262,78	25,4%	14,0%	150 664,75
Legumes	425 304,03	14,7%	741 221,69	15,3%	74,3%	315 917,66
Carne, Saladas e Peixe Fresco	8 689,52	0,3%	42 380,16	0,9%	387,7%	33 690,64
Outros Produtos	25 209,25	0,9%	23 423,97	0,5%	-7,1%	-1 785,28
Congelados	187 822,09	6,5%	631 416,75	13,0%	236,2%	443 594,66
Total	2 884 115,64	100,0%	4 841 642,46	100,0%	67,9%	1 957 526,82



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and a circular stamp.

A partilha de alimentos entre a **Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares** e entre os **Bancos Alimentares** continua presente no dia-a-dia, sendo uma mais-valia de que não queremos abdicar, através da qual nos permite aumentar e diversificar o apoio prestado às instituições parceiras.

Projeto “Horta Solidária”

O projeto “**Horta Solidária**” concretizado na Várzea de Setúbal, continua a produzir produtos hortícolas. Comparativamente com o ano anterior, em 2020 houve um decréscimo dos resultados, tendo-se obtido 1.608 kg. As restrições impostas pela pandemia Covid-19, foram determinantes para este resultado, na medida em que condicionaram o primeiro trimestre do ano e impossibilitaram todos os trabalhos agrícolas dos reclusos, nos restantes meses do ano.

No entanto, apesar do rendimento deste ano, continuaremos a apostar neste tipo de iniciativas, uma vez que a continuidade deste projeto permite a promoção de atividades de cariz laboral e social por parte dos reclusos, conferindo-lhes fatores de humanização e integração social.

Campanhas Anuais de Recolha de Alimentos não Perecíveis: Saco, “Ajuda Vale” e “Alimente esta Ideia”

As Campanhas Saco de Maio e dezembro, atividades que mobilizam dezenas de voluntários que asseguram todo o processo de recolha, transporte e acondicionamento dos alimentos no armazém, devido ao contexto pandémico e restrições associadas, foram canceladas, ganhando um novo vigor as Campanhas “**Ajuda Vale**” e “**Alimente esta Ideia**”, esta última, uma iniciativa on-line.

A amplitude conquistada pela Campanha “**Ajuda Vale**”, muito se deveu ao empenho dos voluntários, Chefes de Equipas de supermercados da Campanha Saco, que responderam, de imediato, ao apelo para monitorizar a dinâmica incrementada pelas diferentes cadeias de supermercados, na comunicação e na divulgação da forma de doação de alimentos, através da aquisição de vales, pelo público em geral.



No ano 2020, no âmbito das Campanhas de Recolha de Alimentos, foram doados ao Banco Alimentar de Setúbal, 136 toneladas de alimentos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

Campanha “Papel por Alimentos”

O nível de adesão da comunidade à Campanha “Papel por Alimentos” tem-se mantido constante ao longo dos anos, apesar de se ter registado uma ligeira quebra durante este ano, consequente dos condicionalismos pandémicos que marcaram 2020. No entanto, é de destacar que apesar do contexto atípico, tanto Empresas, como Serviços Públicos, Instituições e até Cidadãos, mantiveram presente as preocupações sociais e ambientais através da participação nesta iniciativa, tendo sido entregue no Banco Alimentar 142 toneladas de papel que se traduziram em cerca de 7 toneladas de alimentos.

A todos, o Banco Alimentar de Setúbal deixa o seu agradecimento.

Rede de Emergência Alimentar

A Rede de Emergência Alimentar, ação promovida pelo Banco Alimentar e a EntreAjuda, foi criada com o intuito de responder, de forma articulada e sistematizada, a pedidos de apoio alimentar, que resultaram das alterações socioeconómicas, provocadas pela Covid-19.

As instituições parceiras do Banco Alimentar de Setúbal e em particular aquelas que tem resposta de cabazes, integraram esta rede, para que numa lógica local, fosse atribuído apoio alimentar a novas situações que se encontravam em comprovada privação alimentar.

Por outro lado, a sociedade civil mobilizou-se em torno desta iniciativa, através da doação de fundos com os quais se tornou possível a aquisição de alimentos, que foram canalizados para dar resposta ao crescente aumento de pedidos de apoio alimentar, bem como para colmatar a inexistência de alimentos, que habitualmente são obtidos na “Campanha Saco”.

Durante o ano de 2020, foram distribuídas 152 toneladas de alimentos no âmbito da “Rede de Emergência Alimentar”. Esta iniciativa, permitiu manter o apoio regular às 127 instituições parceiras e possibilitou a resposta aos 3.420 pedidos que surgiram neste âmbito.

INSTITUIÇÕES E DISTRIBUIÇÃO

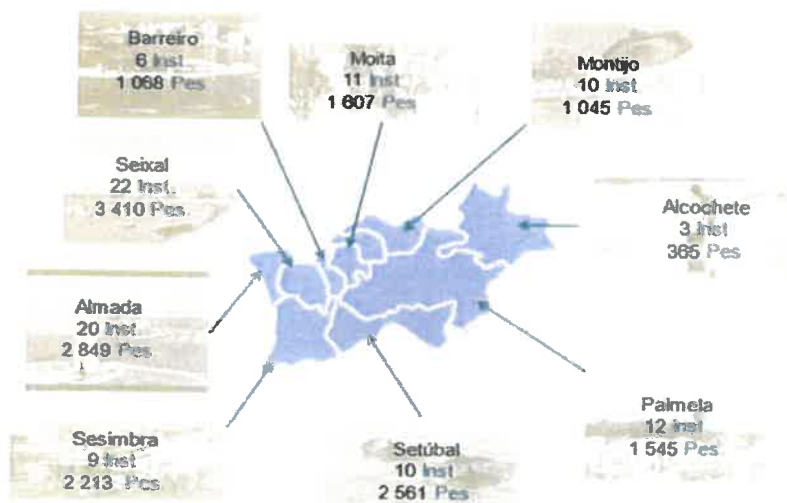
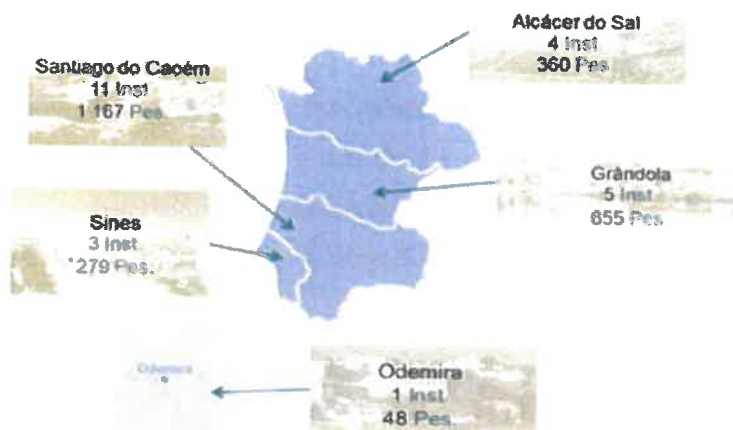
As Instituições de Solidariedade Social são parceiros insubstituíveis do Banco Alimentar Contra a Fome. O apoio alimentar a pessoas comprovadamente carenciadas, ocorre através de uma rede de instituições parceiras numa lógica de proximidade. São estas, que conhecem as famílias e promovem o apoio alimentar em complementaridade com outras respostas sociais, com o propósito de satisfazer necessidades básicas e gerar processos de autonomia.

Atualmente têm acordo com o Banco Alimentar de Setúbal 127 Instituições, das quais 24 se encontram



Handwritten signatures and initials in blue ink.

no Litoral Alentejano e as restantes 103 na Península de Setúbal.



Em 2020, foram distribuídas 2.547 toneladas, o equivalente a 3.265 mil euros de alimentos às instituições de apoio regular. O armazém de Palmela manteve a distribuição semanal, enquanto o armazém de Vila Nova de Santo André passou a ter uma distribuição quinzenal, que só se tornou possível, mediante o aumento substancial das doações de alimentos frescos e ao empenho da equipa de voluntários desse armazém.

Porém, o universo de instituições apoiadas é muito superior às de apoio regular. Existem 68 instituições de solidariedade social, que na impossibilidade de serem apoiadas de forma regular,



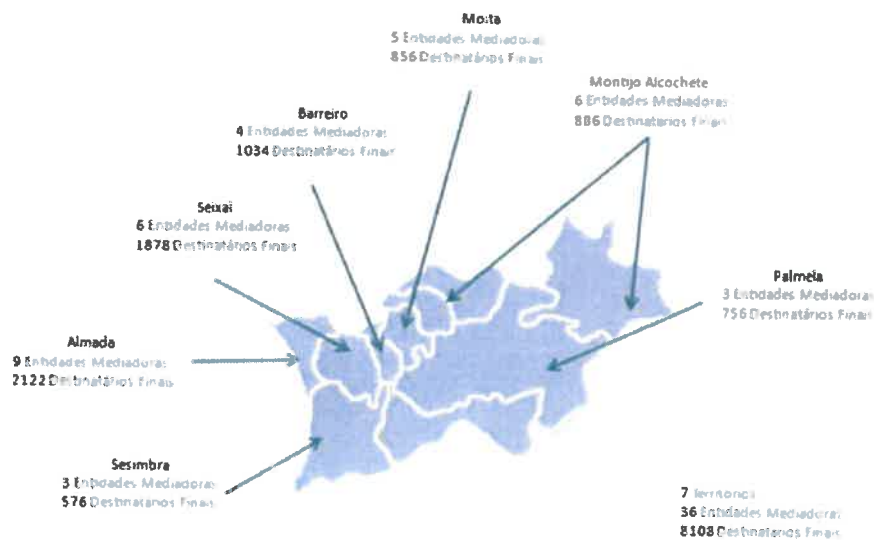
Handwritten signatures and initials in blue ink.

beneficiaram, neste ano, de 400 toneladas de alimentos, o correspondente a 516 mil euros.

POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

O Banco Alimentar de Setúbal é, desde 2017, entidade coordenadora do POAPMC. Este programa cofinanciado pela Comunidade Europeia e pelo Estado Português é um instrumento de promoção e de inclusão, através do combate à pobreza e à exclusão social. Com uma perspetiva inovadora, associa o apoio alimentar, a medidas de acompanhamento que capacitam as pessoas carenciadas para questões como a rentabilização dos seus recursos alimentares e financeiros.

No ano em apreço, iniciou-se a operacionalização das candidaturas à segunda fase deste programa, tendo-se mantido a coordenação dos Territórios de Almada, Barreiro, Moita, Montijo-Alcochete, Palmela, Seixal e Sesimbra, ampliando a rede de parceiros institucionais para 36, com o objetivo de aproximar o apoio aos destinatários finais.



União Europeia
Fundação de Apoio Social
e Territórios de Intervenção

Contrariamente ao que estava protocolado, também o número de destinatários finais sofreu alterações durante o presente ano. No primeiro semestre, beneficiaram deste apoio 4.054 pessoas. Todavia, com o agravamento do contexto socioeconómico decorrente da Covid-19, o



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'C. Silva' and a large stylized signature.

número de beneficiários duplicou, tendo sido apoiados no segundo semestre, 8.108 pessoas em comprovada situação de carência alimentar.

Durante o ano de 2020, o Banco Alimentar de Setúbal movimentou 1.644 toneladas de alimentos secos, frescos e congelados, o equivalente a 1.996 mil euros, que foram entregues às entidades mediadoras, que por sua vez, os entregaram aos destinatários finais.

VOLUNTÁRIOS

O Banco de Alimentar de Setúbal conta com a colaboração de voluntários para a realização da sua atividade. Constituem uma comunidade com motivação para alcançar o sucesso da missão desta instituição e contribuir para a humanização dos serviços prestados às instituições parceiras.

O trabalho realizado pelos voluntários traduz-se num importante valor, representando uma mais-valia económica e social, habitualmente não contabilizada. A economia de custos atribuíveis a estes recursos e a variedade de atividades desempenhadas, são ativos essenciais para a sustentabilidade deste Banco Alimentar.

RECURSOS

Para o desenvolvimento da sua atividade, o Banco Alimentar de Setúbal obtém fundos de empresas, particulares e Estado. Estes fundos são de particular relevância e somente utilizados para a atividade corrente, sendo o Resultado Líquido do Exercício de 2020 produto da entrada de verba financeira proveniente de donativos de entidades coletivas e individuais, da comparticipação da Segurança Social e Câmaras Municipais do distrito de Setúbal, deduzidos dos custos de funcionamento e das amortizações.

Durante o ano de 2020, procurou-se consolidar a relação com todos os que já aderiram à missão do Banco Alimentar de Setúbal, desenvolvendo com muitos deles, várias iniciativas com o objetivo de criar uma verdadeira colaboração de longo prazo.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- O Banco Alimentar de Setúbal desenvolve um trabalho em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares e com todos os Bancos Alimentares, numa ótica de troca de experiências e partilha de conhecimento, em particular com aqueles que, como nós, aceitaram o desafio de se candidatar ao POAPMC.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Cristina' and a large signature.

- Dada à exigência do contexto pandémico, o Banco Alimentar de Setúbal fortaleceu as relações com as estruturas concelhias que dinamizam as respostas de apoio alimentar na comunidade. Para esse efeito, participou em sucessivas reuniões, com o objetivo comum de melhoria da eficácia das respostas já existentes.
- O Banco Alimentar de Setúbal participou em ações de formação promovidas pela Entreeajuda numa aposta de melhoria continua dos recursos humanos de que dispõem.

ASPECTOS RELEVANTES

Salientam-se alguns factos relevantes para a atividade do Banco Alimentar em 2020:

- ✓ Prosseguiu o acolhimento de prestadores de tarefas a favor da comunidade, que executaram trabalhos em armazém. Com esta atividade complementar, pretende-se mostrar novos caminhos e promover uma maior confiança nas suas competências sociais.
- ✓ Deu continuidade ao projeto “**Horta Solidária**” com o estabelecimento prisional de Setúbal, que permitiu a promoção de atividades de cariz laboral por parte de reclusos, conferindo fatores de humanização e integração social.
- ✓ Nos primeiros meses do ano, prosseguiu o projeto com o **Agrupamento de Escolas Michel Giacometti** e a **Junta de Freguesia da Quinta do Conde**, para a realização de estágios de alunos com necessidades educativas especiais.
- ✓ Manteve-se com a **Europa&C**, dando continuidade à recolha dos resíduos de cartão e plástico, contribuindo assim para a redução da pegada humana.
- ✓ Preservou-se o protocolo com a **Quali+** com o objetivo de colocar em execução boas práticas de higiene alimentar, para manter a certificação da qualidade.
- ✓ Restabeleceu-se a relação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional com a integração de um Estágio Profissional de Serviço Social na área social e com quatro candidaturas à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, o que permitiu aumentar o quadro de recursos humanos, nos serviços administrativos e logísticos, em mais nove colaboradores, dos quais se destaca um coordenador no Armazém de Vila Nova de Santo André.

A Direção do Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, no final de mais um ano de atividade, agradece de uma forma especial, aos colaboradores do Banco, que de uma forma desinteressada, deram muito do seu tempo de descanso para contribuir para o êxito deste projeto.



Palmela, 15 março de 2021

A Direção

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



ANEXOS

Doadores

TIPO	ENTIDADES
Instalações/Renda	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Junta de Freguesia de Santo André e Serva - Comércio e Empreendimentos Imobiliários, Lda.
Equipamentos/Reparações e Material de escritório	ALMAQUE, Lda., Banco de Bens Doados, Broomtec, Entrajuda, Esnova, FLM - Oficina Auto, Lda., Miraventos Artes Gráficas, Tipografia Poular A. Paleo, Vancarteq e V.A.F. Reparação de Camiões, Lda
Serviços	AMTCONTA, Almas Industries, Lda, António Salsinha Carapinha, Bestfriger - Sistemas de Refrigeração, Lda, Bombaqua, Lda., Centro Metrológico Médio e Sul do Tejo, City Print, Civiparts, CORRENTE - Publicidade e Comunicação, Unip., Els, Endless Tech - Sistemas de informação, Enforce - Engenharia da Energia, SA Ergolabor, Elephantformula Unipessoal, Lda., Fonte Viva, José Lourenço, Pneus e Combustíveis, Lda., Maxcenter, Lda., Olimtec, Lda., Pneus City, Lda., Judite Maria, Pláscart - Materiais de Embalagem, Lda., Patamar Diálogo, Sofia Gomes Nunes, Unip., Lda., Qualidefender, Lda., Trulynolen - Serviços de Prot. Ambiental, Lda., Securfire, Securitas Direct, Servirent, Soudois, Pestox, Am3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, Lda, Câmara Municipal de Palmela, Europac & Rec'da Portugal, SA., Plastidom - Plásticos Industriais e Domésticos, SA, Repsol Polimeros, SA., SECL - Companhia Geral de Cal e Cimento, Vendap, SA.
Comunicação Social	Diário do Barreiro, Ecos de Grândola, Jornal Correio da Manhã, Jornal Público, Jornal do Montijo, Jornal Litoral Alentejano, Jornal do Pinhal Novo, Jornal de Sesimbra, Jornal Primeira Página, Jornal Almada Press, Jornal de Setúbal, Jornal do Selxal, Jornal da Moita, Jornal do Barreiro, Losango Mágico, Notícias de Sines, Notícias de Setúbal, Notícias do Barreiro, O Setubalense e SemMais Jornal, Antena Mirobriga, Rádio Sim, Rádio Voz de Setúbal, Rádio Azul, Rádio Baía, Rádio Sesimbra FM, Rádio Som do Pinhal, Rádio Popular FM, Rádio Clube de Grândola, Rádio Mira Sado e Rádio Sines
Telecomunicações	Meo e JM Soares, Lda.
Publicidade/Transportes	Transportes Martinho & Silva, Lda.
Consultoria e Apoio Técnico	Alicontrol, Ergolabor
Hortas Solidárias	SAPEC AGRO e Germiplanta
Doação de Géneros Alimentares	Iberian Salets Agricultura, SA, Associação Adventista Desenvolvimento, Recursos e Assistência, CNC - Companhia Nacional de Carnes, Lda., Parmalat Portugal, SA, Eurofrozen, SA, PrimoHorta, Delta Cafés, Best Meal - Indústria Alimentar, Lda., Vitorino Augusto Nascimento Gonçalves, Fábrica das Tortas Azeitonense, Lda, Batatas Patricio - Produtos Alimentares Lda, Alfeu Augusto Gonçalves, Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A., Astrobalance - Comércio Unipessoal, Lda, DDO - Derivados de Ovos, Lda, Soregi - Frutas e Legumes, Lda, Real Bolos, Lda, Sociedade Agrícola Pinheiro da Cruz, Lda, Frutalmente S.A., T-Systems ITC Ibérica, NACEX, Jorge Caseiro - Comercio de Produtos Alimentares, Lda, Pastelaria Anjo Doce, Panificadora Mestre Lopes, Pizzaria do Bomfim, Guylian Portugal, Lda., donativos particulares (em géneros), Base Naval do Afeite, Guarda Nacional Republicana - Unidade de Controlo Costeiro, Guarda Nacional Republicana - Unidade de Controlo Costeiro, ProNatural, Pingo Doce S.A., Modelo Continente Hipermercados, S.A., Modelo Continente Hipermercados, S.A., ALDI ARDEIRA, E. Leclerc - Montijodis - Soc. Distribuição, SA, Jerónimo Martins - Distribuição de Produtos de Consumo, Lda., LDL & CIA, FIMA/VG - Distribuição de Produtos Alimentares, Lda., Makro, Colmeia do Minho, UNIARME - União de Armazenistas de Mercadorias, C.R.L., Plastidom, A.Centazzi, Lda, Russo dos Caracós, Vitor Alves & Antonieta Alves, Lda, Central de Frutas do Pinho, Frutus - Estação Fruteira de Montejunto, CRL, Campotec - Comercialização e Consultadoria de Hortofrutícolas, SA, Frutalvor, COOPVAL - Coop. Agr. dos Fruticultores do Cadaval C.R.L., HortaPronta - Hortas do Oeste, S.A., OMetro.OP SA, Granfer - Produtores de Frutas, CRL, Frutoeste - Coop.Agr.Hortof.do Oeste, CRL, Obirocha, CRL, Frusozal - Frutas Sotavento Algarve Lda, CACIAL - Coop. Agrícola de Citricultores do Algarve CRL, Cooperativa Agrícola Bombarral, CRL, LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A., SOGENAVE, AVIBOM- Avícola, S.A., CALIMENTA- Ind. de Conf. e Conservas de Frutas, S.A., CISTER - Indústria de Produtos Alimentares, Lda, FÁBRICA DE CONSERVAS A POVEIRA, S.A., Bastos Amorim Araújo, Os Grante - Indústria & distribuição Alimentar, Lda, Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, Banco Alimentar de Lisboa, Banco Alimentar do Algarve



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

INSTITUIÇÕES

Instituições de Apoio Regular

A Galha - Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo	Associação Centro Jovem Tejo - Comunidade Terapêutica "Luís Barros"
AADIES - Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas do Sado	Associação de Ajuda Humanitária "Dá-me a tua Mão"
ABAS - Associação de Beneficência, Amizade e Solidariedade	Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz
ADRA - Associação Desenvolvimento e Recursos Adventista - Setúbal	Associação de Convívio para Idosos de Cabanas
ADRA Barreiro - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência	Associação de Leigos Nova Esperança
ADRA da Baixa da Banheira - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência	Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega
Agrupamento de Escolas da Caparica	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras
AIGAST - Associação de Imigrantes Guineenses e Amigos Sul do Tejo	Associação de Solidariedade Cabo-verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo
AISGRA - Associação Intervenção Social de Grândola	Associação de Solidariedade Social da Freguesia Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
Alma Alentejana - Associação para o Desenvolvimento, Cooperação e Solidariedade Social	Associação do Lar de Idosos de Pegões
Apoio Fraternal da Paróquia da Sagrada Família de Vila Nova Caparica	Associação Externato de Santa Joana
Apoio Fraternal da Paróquia de Cristo Rei	Associação Jubileu Mais
Apoio Fraternal da Paróquia do Imaculado Coração de Maria de Vale Figueira	Associação Religiosa da Igreja Evangélica de Alcaniça
Apoio Fraternal da Paróquia Nossa Senhora do Livramento da Sobreda	Associação Sol Nascente - Recuperação de Toxicodependentes
APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Associação Vale de Acor
ARIFA - Associação de Reformados e Idosos da Freguesia da Amora	AURPI - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Paio Pires
ARPI - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Pinhal Novo	AURPIA - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Amora
ARPIA - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Arrentela	AURPICAS - Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal
ARPIF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Fogueteiro	AURPIM - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Miratejo
ARPIFF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro	AURPIS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal
ARPIPF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal de Frades	AURPITM - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Torre da Marinha
Associação Almadense Rumo ao Futuro	Cáritas Paroquial de Nossa Senhora da Atalaia
Associação Baptista Shalom	Cáritas Paroquial de Sines
Associação Caminho do Bem-Fazer	CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo da Delegação de Azeitão
	Casa de Deus Igreja Cristã
	Casa do Povo Cercal do Alentejo
	Casa do Povo de Alvalade
	Casa do Povo de Azinheira de Barros
	Casa do Povo de Melides
	Casa do Povo de Palmela
	Casa do Povo de Sesimbra
	CASCUZ - Centro de Apoio Sócio Cultural Unidade Zambujalense



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'Miguel'.

- CATICA - Centro Assistência Terceira Idade Coia e Arredores
CENSA - Centro Social de São Brás de Samouco
Centro Comunitário da Quinta do Conde
Centro Cultural dos Bairros São João e Olival Queimado
Centro de Assistência Paroquial da Amora
Centro de Dia São Francisco da Serra
Centro Infantil Quinta Nova
Centro Jovem Tabor
Centro Paroquial de Ação Social da Moita
Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Fernão Ferro
Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo de Sesimbra
Centro Paroquial e Ação Social Padre Manuel Gonçalves
Centro Social "O Bom Samaritano"
Centro Social Comunitário e Paroquial de São José da Chameca da Caparica
Centro Social da Quinta do Anjo
Centro Social de Palmela
Centro Social de Santa Susana
Centro Social e Paroquial de Corroios
Centro Social e Paroquial de Santa Maria "O Farol"
Centro Social e Paroquial de Santo André - Casa das Rapazes
Centro Social e Paroquial de São Lourenço de Alhos Vedros
Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Atalaia
Centro Social Paroquial de Cristo Rei
Centro Social Paroquial de Santa Maria "O Moinho"
Centro Social Paroquial de São Pedro da Comporta
Centro Social Paroquial de São Pedro da Trafaria
Centro Social Paroquial Imaculada Conceição - Lar Padre Roberto Sequeira
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica
Centro Social Paroquial Padre Abílio Mendes
Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
CERCIGRÂNDOLA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados Crl
CERCIMB - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro
Cercizimbra - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
Comissão Social da Freguesia de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia
Conferência Vicentina de Nossa Senhora do Monte Sião
Conferência Vicentina de São Tiago e de São João de Deus
Conferência Vicentina de São Tiago e de São João de Deus
Conferência Vicentina Nossa Senhora da Boa Viagem - Moita
Conferência Vicentina Nossa Senhora da Concordia
Conferência Vicentina Nossa Senhora da Penha - Grândola
Conferência Vicentina Senhor do Bonfim
CRIAR- T Associação de Solidariedade
CRIVA - Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira
Elim Igreja Cristã
Fábrica da Igreja da Paróquia da Sagrada Família de Miratejo / Laranjeiro
Fábrica da Igreja do Lugar de Vale de Mihaços
Fábrica da Igreja Paroquial da Imaculada Conceição (Apoio Fraternal)
Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria/Cáritas Paroquial de Santa Maria
Fundação Arcelina Victor dos Santos
Fundação Santa Rafaela Maria
Grupo Socio Caritativo - Igreja Nossa Senhora das Graças Poceirão
Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de Santa Maria - Barreiro
Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de São Brás de Samouco
Grupo Sócio Caritativo de Alcochete
Grupo Sócio Caritativo de Fernão Ferro
Grupo Sócio Caritativo de Nossa Senhora da Conceição do Afonsoeiro
Grupo Sócio Caritativo S. Pedro da Marateca
Grupo Socio Caritativo de Voluntários - Encontra a Esperança - Paróquia da Quinta do Conde
Igreja Evangélica "Luz das Nações"
Igreja Evangélica do Alto do Moinho
Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes
Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
LATI - Liga dos Amigos da Terceira Idade
Núcleo Sócio Caritativo Alimentar da Paróquia de Pinhal Novo
Questão de Equilíbrio - Associação de Educação e Inserção de Jovens
Santa Casa da Misericórdia de Almada
Santa Casa da Misericórdia de Canha
Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
Santa Casa da Misericórdia de Sines
União de Freguesias de Pegões
União Social Sol Crescente da Marateca



Carla
Amf

Instituições de Apoio Extra

AD-SUMUS - Associação de Imigrantes de Almada
ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão
AIPICA - Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada
AIRP Poceirão - Associação de Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão
ARPILF - Associação Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro - Feijó
Associação Betel - Almada
Associação Cais Terapia
Associação de Moradores do Bairro da Liberdade - Infantário "O Escorrega"
Associação dos Idosos de Palmela
Associação Gerações Sorriso
Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo
Associação Litoral Alentejano
Associação Meninos de Ouro
Associação Pontes de Afeto
Associação Reformados Idosos Vila Nova Milfontes
AURPIA - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão
AURPIL - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Lavradio
Cáritas Paroquial de Melides
CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo da Delegação de Setúbal
Casa de Nossa Senhora da Saúde
Casa do Galato - Obra da Rua
Casa do Povo de Azeitão
Casa do Povo de São Domingos
Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro/Feijó
Centro Comunitário de São Sebastião - Centro Social Paroquial de São Sebastião
Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Montijo
Centro Social do Carvalho
Centro Social e Paroquial de Almada
Centro Social Paroquial de Pinhal Novo
Centro Social Rio de Moinhos Sado
Cerciago

Cercisa - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Seixal e de Almada
CRIBB - Centro de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira Cruz Vermelha de Setúbal
CURPIC - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Charneca
Erguer - Associação de Reabilitação de Toxicod dependentes
Espiga-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição - Grupo Ajuda Fraternal da Paróquia do Seixal
Fundação COI
Fundação Robert Kalley
Grupo Juntos Somos Mais Fortes
Igreja Cristã Luz e Esperança
Instituto dos Ferroviários
Instituto Filhas Maria Auxiliadora - Casa de Santa Ana
Instituto Novo Ser
Jardim de Infância D. Pedro IV
Junta de Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreda
Junta de Freguesia da Quinta do Anjo
Liga de Amigos do Hospital Garcia da Orta
Liga dos Amigos da Quinta do Conde
Nós - Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente
Persona Associação para a Promoção da Saúde Mental
Raríssimas - Casa dos Marcos
Re-food Barreiro
Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social
Santa Casa da Misericórdia de Alcêcer do Sal
Santa Casa da Misericórdia de Alcochete
Santa Casa da Misericórdia de Grândola
Santa Casa da Misericórdia de Palmela
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal
Santa Casa da Misericórdia do Barreiro
Santa Casa da Misericórdia do Montijo
Santa Casa da Misericórdia do Torrão
SDUB Os Franceses
União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
União Mutualista Nossa Senhora Conceição
URPICA - União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada
Venerável Ordem Terceira da Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade de Setúbal - Residência Monte Carmelo



Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal

Banco Alimentar de Beja
Banco Alimentar de Évora
Banco Alimentar de Usboa
Banco Alimentar de Portalegre
Banco Alimentar do Algarve
Banco Alimentar do Porto

Nós - Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente

Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social

Santa Casa da Misericórdia de Almada

Santa Casa da Misericórdia de Canha

Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra

Santa Casa da Misericórdia do Seixal

União Mutualista do Montijo

União Sol Crescente da Marateca

Entidades Mediadoras do POAPMC

Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo

Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro

CENSA - Centro Social de São Brás de Samouco

Centro Comunitário da Quinta do Conde

Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro/Feijó

Centro de Assistência à 3ª Idade de Coim e Arredores

Centro de Assistência Paroquial da Amora

Centro de Convívio dos Reformados Pensionista e Idosos do Montijo

Centro de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira

Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira

Centro Paroquial de Bem Estar Social de Fernão Ferro

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Arrentela

Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo de Sesimbra

Centro Paroquial de Vale Figueira

Centro Social de Quinta do Anjo

Centro Social e Paroquial de Corroios

Centro Social e Paroquial de S. Lourenço de Aíhos Vedros

Centro Social e Paroquial de Santo André

Centro Social Paroquial de Almada

Centro Social Paroquial de Cristo Rei

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição

Centro Social Paroquial Padre Abílio Mendes

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro

CERCIMA - Cooperativa de Educação e Reabilitação do

Cidadão Inadaptado Montijo E Alcochete, Cri

CRIAR- T Associação de Solidariedade

Fundação AMI - Porta Amiga de Almada

Fundação CDI

Fundação Santa Rafaela Maria



Membro da
Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares



Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANÁLISE FINANCEIRA



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANÁLISE DOS RENDIMENTOS E GASTOS – ORÇAMENTO VERSUS REALIZADO

O Resultado Líquido do Período em 2020 foi positivo em 161.135,63€, sendo que o Resultado Líquido do Período previsional para igual período era 36.419,00€, registando-se assim uma variação positiva de 124.716,63€ (342,4%).

No âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados, apresentamos os mapas de pormenor com a informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

RENDIMENTOS E RÉDITOS

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, um total de 4.536.925,52 euros:

Rubricas	Orçamento 2020	Realizado 2020	Desvio	%
Subsídios, doações e legados à exploração	2 967 855,04	4 527 947,57	1 560 092,53	53%
Outros rendimentos e ganhos	13 600,00	8 977,95	-4 622,05	-34%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	500,00	0,00	-500,00	-100%
Total	2 981 955,04	4 536 925,52	1 554 970,48	52%

Constatamos que a execução orçamental foi de 4.536.925,52€, comparativamente com o valor previsional de 2.981.955,04€, da qual resulta um desvio positivo de 1.554.970,48€ (52%), para os valores orçamentados.

No quadro seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:

Rubricas	Orçamento 2020	Realizado 2020	Desvio	%
RENDIMENTOS	2 981 955,04	4 536 925,52	1 554 970,48	52%
Subsídios, doações e legados à exploração	2 967 855,04	4 527 947,57	1 560 092,53	53%
Subsídios do Estado e outros entes públicos	315 355,04	387 080,36	71 725,32	23%
Subsídios de outras entidades	2 500,00	0,00	-2 500,00	-100%
Doações e heranças - (Donativos)	2 650 000,00	4 140 867,21	1 490 867,21	56%
Outros rendimentos e ganhos	13 600,00	8 977,95	-4 622,05	-34%
Rendimentos suplementares	600,00	861,41	261,41	44%
Outros rendimentos suplementares	600,00	861,41	261,41	44%
Outros	13 000,00	8 116,54	-4 883,46	-38%
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	330,34	330,34	100%
Restituição de impostos	5 000,00	7 786,20	2 786,20	56%
Outros não especificados	8 000,00	0,00	-8 000,00	-100%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	500,00	0,00	-500,00	-100%
Juros obtidos	500,00	0,00	-500,00	-100%
De depósitos	500,00	0,00	-500,00	-100%



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Não obstante alguma variação entre rubricas, o nível de execução orçamental tem um grau acima do valor orçamentado para 2020 em 52%.

GASTOS E PERDAS

Constatamos que a execução orçamental para as rubricas de gastos e perdas foi 4.375.789,89€, comparativamente com o valor previsional de 2.945.536,04€, superior em 1.430.253,85€ (49%) com o valor orçamentado para 2020, ou seja, globalmente foi cumprido na sua totalidade, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Rubricas	Orçamento 2020	Realizado 2020	Desvio	%
Fornecimentos e serviços externos	220 096,80	164 207,97	-55 888,83	-25%
Gastos com o pessoal	190 075,24	196 143,37	6 068,13	3%
Gastos de depreciação e de amortização	34 364,00	20 419,02	-13 944,98	-41%
Outros gastos e perdas	2 501 000,00	3 995 001,15	1 494 001,15	60%
Total	2 945 536,04	4 375 789,89	1 430 253,85	49%

Da análise, na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”, verifica-se uma diminuição dos gastos em menos -55.888,83€ (-25%), comparativamente com o orçamento.

Na rubrica “Gastos com o pessoal”, verifica-se um aumento de 6.068,13€ (3%), comparativamente com o orçamento. Este desvio reflete o aumento do quadro de pessoal, nomeadamente com os programas subsidiados pelo IEFP, bem como um ajustamento e atualização da massa salarial.

Na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” verifica-se uma diminuição comparativamente com a execução orçamental de -13.944,98€ (-41%), face ao comparativo com o orçamento. Este desvio resulta do facto da maioria dos equipamentos se encontrarem totalmente amortizados.

A rubrica “Outros gastos e perdas” refere-se essencialmente à doação de bens alimentares às diversas Instituições apoiadas para posterior distribuição aos seus beneficiários. De acordo com o orçamento de 2020 estava previsto o montante de 2.500.000,00€, tendo sido realizado o montante de 3.902.719,13€, mais 1.402.719,13€ (56%) que o previsto.

No quadro seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:



Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal

Class
G
H

Rubricas	Orçamento 2020	Realizado 2020	Desvio	%
GASTOS	2 945 536,04	4 375 789,89	1 430 253,85	49%
Fornecimentos e serviços externos	220 096,80	164 207,97	-55 888,83	-25%
Serviços especializados	40 056,40	41 586,31	1 529,91	4%
Trabalhos especializados	8 756,40	14 192,16	5 435,76	62%
Publicidade e propaganda	0,00	2 673,12	2 673,12	100%
Vigilância e segurança	2 800,00	2 456,33	-343,67	-12%
Comissões	0,00	13,29	13,29	100%
Conservação e reparação	27 500,00	22 251,41	-5 248,59	-19%
Outros	1 000,00	0,00	-1 000,00	-100%
Materials	16 500,00	8 906,44	-7 593,56	-46%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 000,00	6 938,63	3 938,63	131%
Livros e documentação técnica	0,00	369,00	369,00	100%
Material de escritório	1 500,00	1 412,47	-87,53	-6%
Materiais de limpeza	0,00	113,54	113,54	100%
Outros	12 000,00	72,80	-11 927,20	-99%
Energia e fluidos	65 000,00	42 465,33	-22 534,67	-35%
Electricidade	30 000,00	20 808,90	-9 191,10	-31%
Combustíveis	35 000,00	21 627,68	-13 372,32	-38%
Outros	0,00	28,75	28,75	100%
Deslocações, estadas e transportes	18 200,00	10 682,08	-7 517,92	-41%
Deslocações e estadas	2 000,00	1 380,49	-619,51	-31%
Transportes de pessoal	0,00	40,00	40,00	100%
Transporte de mercadorias	15 000,00	5 866,70	-9 133,30	-61%
Outros	1 200,00	3 394,89	2 194,89	183%
Serviços diversos	80 340,40	60 567,81	-19 772,59	-25%
Rendas e alugueres	71 160,00	45 413,42	-25 746,58	-36%
Comunicação	4 600,00	4 919,14	319,14	7%
Seguros	0,00	350,46	350,46	100%
Contencioso e notariado	300,00	20,71	-279,29	-93%
Despesas de representação	0,00	166,55	166,55	100%
Limpeza, higiene e conforto	4 280,40	9 050,62	4 770,22	111%
Outros serviços	0,00	646,91	646,91	100%
Gastos com o pessoal	190 075,24	196 143,37	6 068,13	3%
Remunerações do pessoal	154 436,87	167 114,36	12 677,49	8%
Encargos sobre remunerações	30 321,82	27 813,30	-2 508,52	-8%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	2 316,55	0,00	-2 316,55	-100%
Outros gastos com o pessoal	3 000,00	1 215,71	-1 784,29	-59%
Gastos de depreciação e de amortização	34 364,00	20 419,02	-13 944,98	-41%
Ativos fixos tangíveis	34 364,00	20 419,02	-13 944,98	-41%
Edifícios e outras construções	0,00	517,21	517,21	100%
Equipamento básico	34 364,00	7 554,22	-26 809,78	-78%
Equipamento de transporte	0,00	12 347,59	12 347,59	100%
Outros gastos e perdas	2 501 000,00	3 995 001,15	1 494 001,15	60%
Impostos	0,00	162,72	162,72	100%
Taxas	0,00	162,72	162,72	100%
Perdas em inventários	0,00	90 741,60	90 741,60	100%
Outras perdas	0,00	90 741,60	90 741,60	100%
Outros	1 000,00	1 377,70	377,70	38%
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	615,70	615,70	100%
Quotizações	0,00	30,00	30,00	100%
Outros não especificados	1 000,00	732,00	-268,00	-27%
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados e utentes	2 500 000,00	3 902 719,13	1 402 719,13	56%
Subsídios, donativos,(Géneros alimentares doados)	2 500 000,00	3 902 719,13	1 402 719,13	56%
Gastos e perdas financiamento	0,00	18,38	18,38	100,00
Outros juros	0,00	18,38	18,38	100,00



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Globalmente, consideramos que o orçamento previsional para o ano de 2020 foi cumprido integralmente, independentemente da variação em algumas rubricas.

ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

O Resultado Líquido do Período apresenta um valor positivo de 161.135,63€, sendo que em 2019 foi de 18.451,64€, superior em 142.683,99€. Este desvio explica-se na sua quase totalidade pelo acréscimo de verbas não previstas inicialmente, conforme se pode analisar pelo mapa abaixo.

Descrição	2020	2019	Desvio	%
Centro Regional de Segurança Social	254 498,17	214 583,18	39 914,99	19%
Subídio POAPMC	79 499,74	68 679,42	10 820,32	16%
IEFP	19 082,45	-	19 082,45	100%
Autarquias	34 000,00	2 500,00	31 500,00	1260%
Donativos em numerário	147 518,39	68 048,45	79 469,94	117%
Total	534 598,75	353 811,05	180 787,70	51%

Os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição. Como referido anteriormente o volume de rendimentos/réditos atingiu um valor de **4.527.947,57 €**, tendo em 2019 atingido o valor de **3.463.166,46 €**, representando uma variação positiva de **1.064.781,11€**, resultante do aumento de bens alimentares por parte das diversas empresas doadoras que atingiu um valor de **3.993 348,82€**, tendo em 2019 sido de **3.109.355,41€**, representando uma variação positiva de **883.993,41€**.

O trabalho de sustentabilidade da Instituição decorre do processo de diminuição dos gastos que, dentro do possível, temos vindo a empreender. através de ajustamentos em várias rubricas.

O volume de Gastos/Perdas atingiu um valor de **4.375.789,89€**, tendo em 2019 atingido o valor de **3.477.929,62€**, representando uma variação de **897.860,27€**. Este desvio explica-se pela maior angariação de bens alimentares e sua distribuição às Instituições regulares durante o ano 2020, no montante de mais **883.993,41€**.

Apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da Instituição:

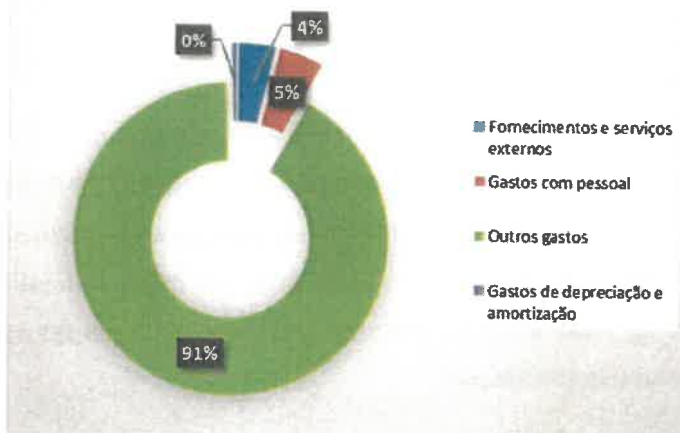


Handwritten signatures and initials in blue ink.

Estrutura dos gastos

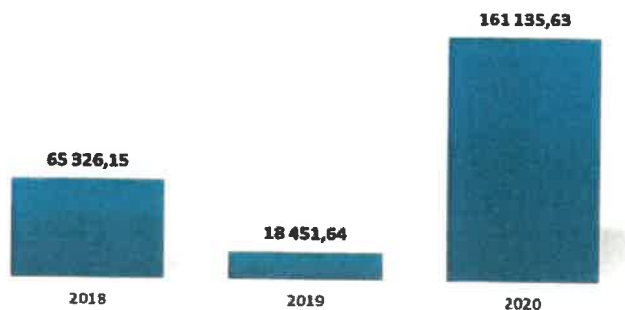


Estrutura de gastos percentuais



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Instituição apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido do Período e de EBITDA:

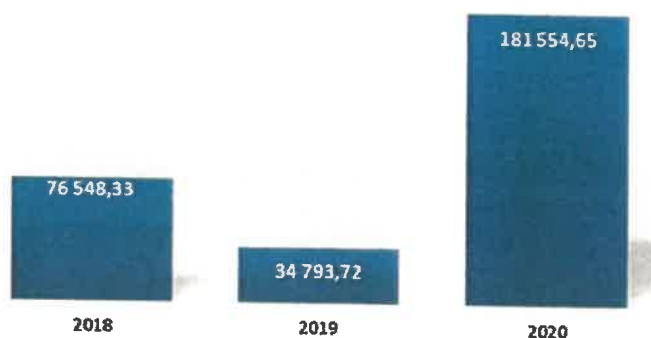
Resultado líquido do período





Handwritten signatures and initials in blue ink.

EBITDA



A posição financeira da Instituição apresenta, também comparativamente com o ano anterior, uma autonomia financeira em 2020 de 60% (42% em 2019), e um endividamento de 40% (58% em 2019).

A situação descrita apresenta uma posição financeira favorável, onde não existem problemas de cumprimento de compromissos a prazo. O ciclo de exploração não apresenta necessidades de financiamento.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Instituição através da análise dos seguintes itens da estrutura do balanço:

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	59 618,84	9 %	47 971,22	8 %
Ativo corrente	635 722,98	91 %	547 077,46	92 %
Total ativo	695 341,82	100 %	595 048,68	100 %

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	413 811,12	60 %	252 675,49	42 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	281 530,70	40 %	342 373,19	58 %
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	695 341,82	100 %	595 048,68	100 %

EXPECTATIVAS FUTURAS

Pensamos que no geral a Direção atingiu os objetivos que se propões se tivermos presente o Plano de Atividades para 2020, constatamos que a maior parte de todas as suas vertentes foram concluídas, essencialmente, o aumento da angariação de bens alimentares e donativos em numerário.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and smaller initials below it.

Com a implementação de novos processos com consequências diretas na melhoria interna dos serviços, consideramos que a Instituição continuará a ter em 2021 um papel fundamental na angariação de subsídios das entidades públicas e privadas de forma a proporcionar um aumento na quantidade de alimentos doados.

Face ao referido, o princípio da continuidade afigura-se assegurado e com um nível de desempenho de maior qualidade e colaboração ao verificado no ano anterior.

FACTOS SUBSEQUENTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após termo do exercício, e até à data da elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020.

SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL

A Instituição tem os respetivos compromissos regularizados perante a Segurança Social.

SITUAÇÃO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

As responsabilidades da instituição perante a autoridade tributária e outros entes públicos encontram-se totalmente cumpridas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL** no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 obteve um resultado líquido positivo de **161.135,63€**, pelo que a Direção propõe a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, com os seus contributos, nomeadamente, empresas e particulares doadoras de produtos alimentares, prestação de serviços e numerário, às cadeias de distribuição alimentar, ao ISS de Setúbal, às Autarquias e a muitas outras entidades porque a eles se deve muito do reconhecimento da valia das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa intervenção social.

Aos nossos Colaboradores e Voluntários deixamos uma mensagem de apreço pelo seu elevado profissionalismo e empenho, pois têm sido elementos fundamentais para o prestígio e sustentabilidade do **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL**.



Por último, apresentamos um agradecimento especial à Mesa da Assembleia e ao Conselho Fiscal, pela voluntariedade no desempenho demonstrado nos cargos em exercício.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Palmela, 15 de março de 2021

A Direção

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		31-12-2020	31-12-2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	57 165,35	46 238,97
Outros créditos e ativos não correntes	17.3	2 453,49	1 732,25
Total do ativo não corrente		59 618,84	47 971,22
Activo corrente			
Inventários	6	165 093,57	248 832,42
Créditos a receber	11.1	1 440,01	1 687,35
Diferimentos	17.2	914,75	553,71
Caixa e depósitos bancários	11.4	468 274,65	296 003,98
Total do ativo corrente		635 722,98	547 077,46
Total do activo		695 341,82	595 048,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.4	9 849,88	9 849,88
Resultados transitados	17.4	242 825,61	224 373,97
Resultado Líquido do período	17.4	161 135,63	18 451,64
Total dos fundos patrimoniais		413 811,12	252 675,49
Passivo corrente			
Fornecedores	11.2.1	14 910,53	9 790,26
Estado e outros Entes Públicos	17.1	4 483,55	7 792,78
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2.2	65 534,92	50 601,39
Diferimentos	17.2	165 055,59	248 682,53
Outros passivos correntes	11.2.3	31 546,11	25 506,23
Total do passivo corrente		281 530,70	342 373,19
Total do passivo		281 530,70	342 373,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		695 341,82	595 048,68

PALMELA, 15 de março 2021

O CONTABISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Subsídios, doações e legados à exploração:		4 527 947,57	3 463 166,46
Subsídios de entidades públicas:		387 080,36	283 262,60
ISS, IP - Centros Distritais	7-10	353 080,36	214 583,18
Outras entidades públicas	7-10	34 000,00	68 679,42
Doações heranças e legados	7	4 140 867,21	2 629 487,46
Fornecimentos e serviços externos	12	(164 207,97)	(170 375,77)
Gastos com o pessoal	13	(196 143,37)	(180 780,78)
Outros rendimentos	14	8 977,95	33 214,80
Outros gastos	15	(3 995 019,53)	(3 110 430,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		181 554,65	34 793,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	(20 419,02)	(16 342,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		161 135,63	18 451,64
Resultados antes de impostos		161 135,63	18 451,64
Resultado líquido do período		161 135,63	18 451,64

PÁLMELA, 15 de março 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cristina Sofia Faria Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo
Secretário – Jaime Filipe Borges Puna
Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos
Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

DESCRIÇÃO	Unidade Monetária: Euros			
	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe			Total
	Fundos	Resultados Translatados	Resultado líquido do período	
1	9 849,88	159 047,82	65 326,15	234 223,85
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019				
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		65 326,15	(65 326,15)	-
2	-	65 326,15	(65 326,15)	-
3			18 451,64	18 451,64
4=2+3			(46 874,51)	18 451,64
5			-	-
6=1+2+3+5	9 849,88	224 373,97	18 451,64	252 675,49
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020				
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		18 451,64	(18 451,64)	-
7	-	18 451,64	(18 451,64)	-
8			161 135,63	161 135,63
9=7+8			142 683,99	161 135,63
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				
10			-	-
6+7+8+10	9 849,88	242 825,61	161 135,63	413 811,12

PALMELA, 15 de março 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RUBRICAS	Unidade Monetária: Euros		
	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamento a fornecedores		159 088,73	156 768,04
Pagamentos ao pessoal		200 215,45	178 670,90
Caixa gerada pelas operações		(359 304,18)	(335 438,94)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(7 786,20)	(24 997,04)
Outros recebimentos/pagamentos		408 355,28	58 890,15
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		56 837,30	(251 551,75)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	31 345,40	5 000,00
Investimentos financeiros	17.3	721,24	473,94
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(32 066,64)	(4 526,06)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	7	147 518,39	353 811,05
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		18,38	588,05
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		147 500,01	353 223,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		172 270,67	97 145,19
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.4	296 003,98	198 858,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	468 274,65	296 003,98

PALMELA, 15 de março 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Faria Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente - Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro - Albino Mendes Timóteo

Secretário - Jaime Filipe Borges Puna

Vogal - Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal - Ana Maria Vasques Castanheira



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C. Costa' and 'A. F. Costa'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- a) O **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENINSULA DE SETÚBAL** foi constituído em 1997 e tem a sua sede social, no LUGAR VILA AMELIA LT 1001 FRC ABC, QUINTA DO ANJO, no Conselho PALMELA, distrito de SETÚBAL.
- b) É uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de IPSS com a CAE 94995, que se dedica exclusivamente à Beneficência Humanitária. Presta apoio alimentar aos utentes mais carenciados contribuindo assim para uma melhoria da qualidade de vida da população da sua região.
- c) As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pela Instituição e estão em conformidade com as divulgações exigidas por cada uma das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (“NCRF/ESNL”) que se aplicam à atividade desenvolvida pela Instituição. As NCRF/ESNL não divulgadas nestas notas não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.
- d) As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico onde a Instituição opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere “Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante



que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).”.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ESNL QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR, BEM COMO AS QUANTIAS RELATIVAS AO PERÍODO ANTERIOR QUE TENHAM SIDO AJUSTADAS.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2019.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C. Silva', 'A. F.', and a large stylized signature.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

CONTINUIDADE:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

COMPENSAÇÃO:

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

INFORMAÇÃO COMPARATIVA:

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.2 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.



As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

a2) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção foram reconhecidas como gastos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'H.F.' and 'C'.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime anual.

a3) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos, os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados por naturezas. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a4) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a5) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações



financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

a6) Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Banco Alimentar adota como método de custeio dos inventários o “custo de aquisição”, considerando a tabela de preços em vigor para a Federação dos Bancos Alimentares.

a7) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.



O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

a8) Imposto sobre o rendimento

A Instituição é uma pessoa coletiva de utilidade pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou



- dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

A Instituição não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de prestação de serviços em que está inserida se encontra isenta do respetivo pagamento de imposto.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

a9) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Fornecedores e outras dívidas a pagar:

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.



As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos:

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivas correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários:

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo:

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Periodizações:

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

a10) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio



de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

a11) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Instituição.

a12) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Direção na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- **Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis:** A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis



Carla
[Signature]

- dos ativos, do método de depreciação/ amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;
- Provisões: A Direção analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e
 - Imparidade de contas a receber: O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.2 ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020, aplicou-se o normativo para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.3 - CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

Rubricas	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Custo:					
Edifícios e outras construções	73 889,41	-	-	-	73 889,41
Equipamento básico	149 858,34	5 000,00	(7 380,00)	-	147 478,34
Equipamento de transporte	167 471,31	-	(20 250,00)	-	147 221,31
Equipamento administrativo	37 521,39	-	-	-	37 521,39
Outros activos fixos tangíveis	14 606,67	-	-	-	14 606,67
Total	443 347,12	5 000,00	(27 630,00)	-	420 717,12
Depreciações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	76 235,32	-	-	(2 345,91)	73 889,41
Equipamento básico	131 983,72	4 810,83	(7 380,00)	652,95	130 067,50
Equipamento de transporte	127 111,93	-	(8 718,75)	-	118 393,18
Equipamento administrativo	37 223,33	-	-	298,06	37 521,39
Outros activos fixos tangíveis	13 211,77	-	-	1 394,90	14 606,67
Total	385 766,07	4 810,83	(16 098,75)	-	374 478,15

Rubricas	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
Custo					
Edifícios e outras construções	73 889,41	5 172,10	-	-	79 061,51
Equipamento básico	147 478,34	12 743,00	-	-	160 221,34
Equipamento de transporte	147 221,31	5 896,30	-	-	153 117,61
Equipamento administrativo	37 521,39	819,00	-	-	38 340,39
Outros activos fixos tangíveis	14 606,67	6 715,00	-	-	21 321,67
Total	420 717,12	31 345,40	-	-	452 062,52
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	73 889,41	517,21	-	-	74 406,62
Equipamento básico	130 067,50	7 554,22	-	-	137 621,72
Equipamento de transporte	118 393,18	12 347,59	-	-	130 740,77
Equipamento administrativo	37 521,39	-	-	-	37 521,39
Outros activos fixos tangíveis	14 606,67	-	-	-	14 606,67
Total	374 478,15	20 419,02	-	-	394 897,17

5. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Instituição não tinha qualquer financiamento obtido, quer em empréstimos bancários ou em locações.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'Ana Fi'.

6. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os inventários da Instituição, detalham-se no quadro que se segue:

Descrição	2019	2020
	Mercadorias	Mercadorias
Existências iniciais	198 856,88	248 832,42
Reclassificações e regularizações	3 159 319,92	3 818 980,28
Regularização de existências	(3 109 344,38)	(3 902 719,13)
Existências finais	248 832,42	165 093,57

De referir que os valores das reclassificações e regularizações se referem a bens alimentares (donativos de bens alimentares) pelo que o "custo de aquisição" considerado é a tabela de preços em vigor para a Federação dos Bancos Alimentares.

7. RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2020 e 2019, apresentam-se no quadro seguinte:

Descrição	2020	2019
Subsídios de entidades públicas		
Centro Regional de Segurança Social	254 498,17	214 583,18
Subídio POAPMC	79 499,74	68 679,42
IEFP	19 082,45	-
Autarquias	34 000,00	2 500,00
Sub-total	387 080,36	285 762,60
Doações e Heranças:		
Donativos em numerário	147 518,39	68 048,45
Donativos em espécie	3 993 348,82	3 109 355,41
Sub-total	4 140 867,21	3 177 403,86
Total	4 527 947,57	3 463 166,46



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos períodos de 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer variações relativas a provisões, pelo facto de não existir qualquer processo em curso que dê origem à sua constituição.

Na data de relato, não são conhecidos quaisquer passivos contingentes que possam dar origem a exfluxo futuro.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição é uma pessoa coletiva de utilidade pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A prestação de serviços aos utentes, as quotas dos associados e as comparticipações do ISS, são rendimentos não sujeitos ou isentos.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas foram registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento.

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios das entidades públicas” e “Subsídios de outras Entidades”:

Descrição	2020	2019
Subsídios de entidades públicas		
Centro Regional de Segurança Social	254 498,17	214 583,18
Subídio POAPMC	79 499,74	68 679,42
IEFP	19 082,45	-
Autarquias	34 000,00	2 500,00
Total dos subsídios	387 080,36	285 762,60



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C. Costa' and 'A.F.'.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 OUTROS CRÉDITOS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de “*Outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a receber*” apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c:		
Adiantamentos a Fornecedores c/c	-	232,23
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	17,68
Fornecedores c/c	-	42,44
Outros Devedores	1 440,01	1 395,00
Total	1 440,01	1 687,35

11.2 FORNECEDORES, OUTROS PASSIVOS CORRENTES, MEMBROS E CRÉDITOS A RECEBER

11.2.1 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “*Fornecedores*” apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	2020	2019
Fornecedores c/c	14 910,53	9 790,26
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	14 910,53	9 790,26

11.2.2 BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “*Associados/Membros*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Passivo:		
Outras Operações - Reembolsos PO-APMC	65 534,92	50 601,39
Total	65 534,92	50 601,39

O montante acima referido tem a natureza de subsídio não reembolsável transferido pelo ISS ao abrigo do projeto “*POAPMC*”, depositado em conta bancária do BAS, que se destina a ser transferido para as mediadoras que fazem parte do referido projeto.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Carla' and a large signature.

11.2.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “*Outros passivos correntes*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	23 870,02	24 803,41
Outras operações	380,46	-
Outros credores por acréscimos de gastos	576,48	491,14
Outros credores	6 719,15	211,68
Total	31 546,11	25 506,23

11.3 RECONHECIMENTO DAS PERDAS POR IMPARIDADE DOS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Instituição não reconheceu qualquer perda de imparidade de créditos a receber, dado não existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

11.4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de “*Caixa*” e “*Depósitos bancários*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Caixa	2 139,35	1 823,25
Depósitos à ordem	466 135,30	294 180,73
Total	468 274,65	296 003,98

Os depósitos bancários indicados encontram-se registados e formalizados nas instituições financeiras Millennium BCP e Montepio Geral.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos incorridos com a rubrica de “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos de 2020 e de 2019 foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados:	41 586,31	37 063,23
Trabalhos especializados	14 192,16	11 525,88
Publicidade e propaganda	2 673,12	-
Vigilância e segurança	2 456,33	2 824,37
Comissões	13,29	-
Conservação e reparação	22 251,41	22 712,98
Materials:	8 906,44	7 024,85
Ferramentas e utensílios desg.rápido	6 938,63	1 706,94
Livros e documentação técnica	369,00	150,06
Material de escritório	1 412,47	531,09
Outros	186,34	4 636,76
Energia e fluidos:	42 465,33	41 889,54
Electricidade	20 808,90	21 439,57
Combustíveis	21 627,68	20 449,97
Outros	28,75	-
Deslocações, estadas e transportes:	10 682,08	8 151,53
Deslocações e estadas	1 380,49	166,43
Transporte pessoal	40,00	-
Transporte de mercadorias	5 866,70	6 273,00
Outros	3 394,89	1 712,10
Serviços diversos:	60 567,81	76 246,62
Rendas e alugueres	45 413,42	66 505,19
Comunicação	4 919,14	3 804,68
Seguros	350,46	86,31
Contencioso e notariado	20,71	372,24
Despesas de representação	166,55	-
Serviços de limpeza, higiene e conforto	9 050,62	3 684,58
Outros serviços	646,91	1 793,62
Total	164 207,97	170 375,77

13. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com a rubrica “*Gastos com o pessoal*” incorridos nos períodos de 2020 e 2019 foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	167 114,36	152 254,08
Encargos sobre as Remunerações	27 813,30	28 436,73
Outros Gastos com o Pessoal	1 215,71	89,97
Total	196 143,37	180 780,78



O número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras foi de 8 (11 em 2019).

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “*Outros rendimentos e ganhos*” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontra-se discriminada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	861,41	929,48
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	4 700,00
Correções relativas a períodos anteriores	330,34	290,69
Restituição de impostos	7 786,20	24 997,04
Juros obtidos de depósitos	-	588,05
Outros rendimentos	-	1 709,54
Total	8 977,95	33 214,80

15. OUTROS GASTOS

A rubrica de “*Outros gastos*” incorridos nos períodos de 2020 e de 2019 foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Impostos	162,72	6,61
Perdas em inventários	90 741,60	74 945,39
Correções relativos a exercícios anteriores	615,70	-
Donativos - Géneros alimentares doados	3 902 719,13	3 034 398,99
Quotizações	30,00	80,00
Outros gastos	732,00	1 000,00
Outros juros	18,38	-
Total	3 995 019,53	3 110 430,99

16. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica “*Gastos/Reversões de depreciação e amortização*” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontram-se discriminados da seguinte forma:

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2020	2019
Activos Fixos Tangíveis:		
Edifícios e outras construções	517,21	-
Equipamento Básico	7 554,22	4 810,83
Equipamento de Transporte	12 347,59	11 531,25
Total	20 419,02	16 342,08



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Carla', 'AF', and a large signature.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Passivo:		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 145,00	3 895,36
Segurança Social	3 031,02	3 799,81
Outras Tributações	307,53	97,61
Total	4 483,55	7 792,78

17.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer:		
Outros	914,75	553,71
Total	914,75	553,71
Rendimentos a reconhecer		
Diferimento de existências	165 055,59	248 682,53
Total	165 055,59	248 682,53

Os gastos e rendimentos a reconhecer correspondem a valores que produzirão efeito durante o período de 2021.

17.3 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foram reconhecidas como ativos financeiros disponíveis para venda ao Justo valor. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. Os montantes mensais para o FGCT foram reconhecidos como gastos com o pessoal, na rubrica “Encargos sobre remunerações”.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de “Outros Ativos Financeiros” apresentava a seguinte composição:

ENTIDADES	2020		
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Outros Investimentos Financeiros:			
Fundo de Compensação Trabalho (FCT)	1 732,25	721,24	2 453,49
Total	1 732,25	721,24	2 453,49

ENTIDADES	2019		
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Outros Investimentos Financeiros:			
Fundo de Compensação Trabalho (FCT)	1 258,31	473,94	1 732,25
Total	1 258,31	473,94	1 732,25

17.4 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica dos “Fundos patrimoniais” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	9 849,88	-	-	9 849,88
Resultados transitados	224 373,97	18 451,64	-	242 825,61
Resultado líquido do exercício	18 451,64	161 135,63	(18 451,64)	161 135,63
Total	252 675,49	179 587,27	(18 451,64)	413 811,12

17.5 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.



17.7 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 20 de maio de 2021.

Palmela, 15 de março de 2021

A Contabilista Certificada

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira